

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.729 - MS
(2019/0127583-0)**

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : EDUARDO BOSSAY CORREA
ADVOGADOS : FAUSTO LUIZ REZENDE DE AQUINO - MS011232
ALDAIR CAPATTI DE AQUINO - MS002162B
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971
ADVOGADOS : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275
IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993
MARCUS VINICIUS BENITES MENDONÇA - MS015976
ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568
PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - DF060517

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interno interposto por EDUARDO BOSSAY CORREA contra a decisão da Presidência desta Corte (fls. 167-168) que não conheceu do agravo em recurso especial.

Nas razões do presente agravo interno, o agravante alega, em breve síntese, que o agravo em recurso especial deve ser considerado tempestivo, por se tratar, no caso, de feriado notório e que, antes de inadmitir o recurso, deveria ser dada oportunidade à parte recorrente para regularização de eventual vício.

Impugnação às fls. 182-194.

É o relatório. Decido.

2. Inicialmente, vale consignar que, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do CPC/2015, "*o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso*", o que impossibilitaria a regularização posterior.

No entanto, em decorrência do posicionamento alcançado por esta Corte quando do julgamento do Resp 1.813.684/SP, a agravante acostou petição aos autos (fls. 207-212) em que há a devida comprovação da suspensão do expediente forense, na origem, no dia 4.3.2019 (segunda-feira de carnaval).

Destarte, uma vez comprovada a ocorrência de feriado local, reconsidero a decisão ora agravada, em juízo de retratação, impondo-se uma nova análise da insurgência.

3. Trata-se de agravo interposto em face de decisão que não admitiu o recurso especial, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul assim ementado:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DECLARATÓRIA E
REVISIONAL DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIA – TUTELA**

ANTECIPADA – REQUISITOS AUSENTES – PRETENSE NULIDADE DE GARANTIA FIDUCIÁRIA – POSSIBILIDADE DE GARANTIA DE CONTRATOS QUE NÃO SE REFEREM AO SISTEMA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO – NOTIFICAÇÃO AOS TERCEIROS GARANTIDORES REGULAR – RECURSO PROVIDO.

A Lei n.º 9.514/97 não exige que o contrato de alienação fiduciária de imóvel se vincule ao financiamento do próprio bem, de modo que é legítima a sua formalização como garantia de toda e qualquer obrigação pecuniária, podendo inclusive ser prestada por terceiros.

Demonstrada a notificação dos devedores e terceiros garantidores, mostra-se regular o procedimento para a expropriação do bem dado em garantia.

Ausentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência, deve ser reformada a decisão que antecipou os efeitos da tutela anulatória da garantia ofertada no contrato.

Nas razões do recurso especial (fls. 66-77), o agravante alega afronta aos arts. 11 e 371 do CPC/2015, por entender que o acórdão recorrido é nulo, por ausência de fundamentação idônea capaz de conferir-lhe legitimidade.

Acrescenta que, "No presente caso o teor da r. decisão recorrida não pode ser considerado como fundamentação adequada uma vez que limitou-se a afirmar que não guardou a necessária similitude com as razões recursais, sendo claramente extra-petita", violando, assim, o art. 141 do CPC/2015.

Aduz que houve contrariedade ao art. 932, III, do CPC/2015, sob o argumento de que, o recurso de agravo de instrumento interposto pela parte adversa não impugnou especificamente os fundamentos da decisão de primeira instância.

Afirma que há ofensa ao art. 374, III, do CPC/2015, uma vez que tal dispositivo de lei impede que a produção de prova de fatos tido como incontroverso nos autos.

Aponta violação do art. 300 do CPC/2015, sob a assertiva de que é "...cristalino preenchimento dos requisitos autorizadores à concessão da tutela de urgência".

Contrarrazões às fls. 110-119.

É o relatório. Decido.

4. A irrisignação não prospera.

O Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia que lhe foi apresentada, manifestou-se nos seguintes termos (fls. 61-63):

(...)

Banco Bradesco S.A. interpôs agravo de instrumento contra decisão que antecipou a tutela de urgência e determinou a suspensão de procedimento de consolidação da posse e alienação de propriedade imóvel ofertado em garantia fiduciária na cédula de crédito bancária objeto da ação revisional

de contrato que lhe move Eduardo Bossay Correa - ME.

Alega que o agravado se vale de subterfúgios inverídicos para se livrar das obrigações assumidas, pois há comprovação de regular notificação do ato expropriatório, nos termos da Lei n.º 9.514/97.

Argumenta que não há a demonstrada probabilidade do direito, requisito necessário para a concessão da tutela, consoante disposto pelo artigo 300, do CPC.

Na contraminuta recursal de f. 37-48, a parte agravada arguiu preliminar para o não conhecimento do recurso pela ofensa ao princípio da dialeticidade, no entanto, não há razões para acolhê-la.

Por dialeticidade entende-se que o recorrente deve demonstrar fundamentadamente e de forma específica seu inconformismo quanto ao provimento jurisdicional atacado para que o órgão julgador profira novo julgamento.

A agravado afirma que a tese recursal se limita à validade da notificação dos proprietários dos bens, enquanto que o embasamento fático e de direito da decisão direcionou a outro ponto meritório.

Há de se observar que a tese recursal impugna a ausência dos requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos moldes do artigo 300 do CPC, que foi concedida pela decisão recorrida. e dentre os argumentos utilizados afirma haver higidez do procedimento extrajudicial expropriatório do bem ofertado em garantia.

Vê-se, pois, que o recurso se conforma à matéria analisada no provimento judicial ora recorrido e permite o julgamento deste agravo sem nenhuma ofensa ao devido processo legal ou ao efetivo contraditório. Rejeito, portanto, a preliminar arguida.

Quanto ao mérito do recurso, o caso restringe-se à análise dos requisitos para a concessão da tutela antecipada de urgência, nos termos do art. 300, do Novo Código de Processo Civil.

A causa principal objetiva a declaração de nulidade da garantia fiduciária ofertada na cédula de crédito bancária firmada pelo agravado, bem assim a revisão de cláusulas relativas aos encargos de juros e multa estipulados tanto no contrato originário de empréstimo de capital de giro (firmado em 2012), quanto na sua posterior novação negociada em 2016.

Em relação ao pedido de declaração de nulidade da garantia fiduciária, os fundamentos utilizados são de que houve o desvirtuamento do instituto, já que o imóvel seria de propriedade de Nelson Corrêa e Ivone Bossay Corrêa e inexistia a imprescindível relação com a aquisição/reforma/edificação do bem dado em garantia fiduciária.

A decisão agravada concedeu a tutela por entender que a continuidade dos atos expropriatórios acarretará dano manifesto aos proprietários do imóvel dado em garantia.

No entanto, revendo-se os argumentos, realmente não há a exigida probabilidade do direito vindicado pelo agravado, no que diz respeito à pretensa declaração de nulidade da garantia firmada.

Segundo o entendimento pacífico da jurisprudência, é plenamente possível a contratação de alienação fiduciária de imóvel como garantia de contratos de empréstimo alheios ao sistema de financiamento imobiliário, como ocorre no contrato de empréstimo para capital de giro, nos termos do que dispõe o artigo 22 da Lei n.º 9.514/1997 e o artigo 51 da Lei n.º

10.931/2004.

(...)

Em outro aspecto, se a irregularidade defendida pelo agravado diz respeito à notificação extrajudicial encaminhada ao agravado, e não aos terceiros garantidores, além de não descrever o contrato, valores para purgação da mora, nos moldes previstos pelo artigo 26, da Lei n.º 9.514/97, os documentos juntados às f. 18-29 demonstram exatamente o contrário.

Houve notificação que foi encaminhada aos terceiros garantidores, proprietários do imóvel objeto da alienação fiduciária, e nela há descrição do contrato vinculado à dívida e o prazo para a purgação da mora, nos exatos termos indicados pela Lei de alienação de coisa imóvel, que também é citada.

A decisão recorrida sustenta-se apenas no perigo de dano da expropriação do imóvel e desalojamento dos terceiros garantidores, o que, a bem da realidade, não se adequa aos fatos, pois Nelson Correa e Ivone Bossay Correa sequer residem no bem, mas sim nesta Capital, na Rua da Paz n.º 550, onde foram regularmente notificados (f. 19).

Vê-se, portanto, que apesar do perigo de dano da expropriação ser evidente, na realidade, trata-se de mera consequência da mora perpetrada e, conquanto não haja probabilidade de procedência dos direitos anulatórios e revisionais alegados, a tutela ora analisada não foi adequadamente concedida.

Pelo exposto, conheço o recurso, rejeito a preliminar arguida e, no mérito, a ele dou provimento para reformar a decisão recorrida a fim de cassar a tutela de urgência concedida aos agravados.

Ciente disso, destaca-se que, para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Na presente hipótese, verifica-se que os arts. 11, 141, 371 e 374, III, do CPC/2015 carecem de prequestionamento, porquanto não analisados e aplicados pela Corte *a quo*, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO PRAZO NÃO APRECIADO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O recurso interposto quase dois meses após o decurso do prazo legal, sem que tenha sido deferido pela instância ordinária o pedido de devolução do prazo, revela-se intempestivo.

2. O Tribunal de origem não se manifestou sobre a ocorrência de motivo

de justa causa (art. 182, c/c o art. 183 do CPC/73), ou eventual configuração da hipótese do art. 507 do CPC/73, não podendo tais matérias ser apreciadas por esta Corte sem o devido prequestionamento. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1344786/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CARTÃO DE CRÉDITO. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA. PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE FATOS. SÚMULAS 282 E 356/STF E 7/STJ.

1. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal (STF).

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1099858/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017)

5. A parte recorrente alega, ainda, violação do 932, III, do CPC/2015, tendo em vista que o agravo de instrumento interposto na origem não teria impugnado especificamente os fundamentos da decisão de primeira instância.

Vale reiterar o seguinte trecho do aresto objurgado (fls. 61-62):

(...)

Na contraminuta recursal de f. 37-48, a parte agravada arguiu preliminar para o não conhecimento do recurso pela ofensa ao princípio da dialeticidade, no entanto, não há razões para acolhê-la.

Por dialeticidade entende-se que o recorrente deve demonstrar fundamentadamente e de forma específica seu inconformismo quanto ao provimento jurisdicional atacado para que o órgão julgador profira novo julgamento.

A agravado afirma que a tese recursal se limita à validade da notificação dos proprietários dos bens, enquanto que o embasamento fático e de direito da decisão direcionou a outro ponto meritório.

Há de se observar que a tese recursal impugna a ausência dos requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos moldes do artigo 300 do CPC, que foi concedida pela decisão recorrida. e dentre os argumentos utilizados afirma haver higidez do procedimento extrajudicial expropriatório do bem ofertado em garantia.

Vê-se, pois, que o recurso se conforma à matéria analisada no provimento judicial ora recorrido e permite o julgamento deste agravo sem nenhuma ofensa ao devido processo legal ou ao efetivo contraditório.

(...)

Nota-se, pois, que a Corte local entendeu que não houve afronta ao princípio da dialeticidade, uma vez que foram devidamente impugnados os fundamentos da decisão então impugnada.

A revisão de tal posicionamento não se mostra viável nesta estreita via recursal, pois tal providência demandaria reincursão no acervo fático-probatório dos autos, esbarrando, assim, no óbice na Súmula 7/STJ:

A propósito, *mutatis mutandis* (grifamos):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGADA PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

V. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo, no sentido de que não houve impugnação dos fundamentos da sentença, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1104782/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017)

6. Por fim, afirmo que, conforme entendimento do STJ, a análise dos requisitos autorizadores da concessão da tutela de urgência previstos no art. 300 do CPC/2015 também demanda reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ:

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. TUTELA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO. REQUISITOS. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. QUESTÃO DE MÉRITO PURAMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. No que diz respeito ao deferimento da tutela de urgência, o Tribunal de origem consignou que "a análise do caso sugere a ausência dos requisitos autorizadores à concessão da medida extrema, em especial, o periculum

in mora".

2. A inversão do julgado necessita da análise dos requisitos previstos no art. 300 do CPC/2015, o que é inviável em Recurso Especial, por demandar o reexame da matéria fático-probatória, consoante o disposto na Súmula 7 do STJ.

3. A questão jurídica controvertida da tutela de urgência pleiteada é unicamente de direito e puramente constitucional, o que exige a atuação do Supremo Tribunal Federal, guardião, em recursos excepcionais, das normas constitucionais pátrias.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1694439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ PARA O PRESENTE AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR EM MEDIDA CAUTELAR.

ANÁLISE DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. O Tribunal local, ao analisar o agravo de instrumento, interposto contra o indeferimento da liminar em medida cautelar limitou-se ao exame dos requisitos autorizadores da concessão da tutela de urgência, notadamente no que pertine à comprovação do periculum in mora e do fumus boni iuris, incidindo o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional fica prejudicada em razão da aplicação da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido

(AgInt no AREsp 881.216/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 08/06/2016)

7. Ante o exposto, reconsidero a decisão da Presidência desta Corte proferida às fls. 167-168. Todavia, pelas razões acima aduzidas, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator